

AS “ÉTICAS” DO AMBIENTALISMO

Héctor Ricardo Leis

A compreensão de que a relação homem-natureza é um ponto central dos problemas relativos a ética deve ser assumida como um dos maiores progressos da recente história intelectual do Ocidente. O surgimento de uma ética ecológica representa uma expansão e recuperação dramática do pensamento sobre a condição humana. Infelizmente, a ética ecológica é um campo ainda insuficientemente desenvolvido, se olharmos para a enorme e complexa quantidade de questões que ela coloca em pauta.

Está fora de dúvida que a presença do ambientalismo no cenário internacional tem impulsionado o debate ético. Porém, um exagerado (e talvez inevitável) caráter afirmativo do ambientalismo nas primeiras décadas de sua emergência (basicamente dos anos 60 e 70, marcados por atores provenientes dos campos científico e não-governamental) lhe fez introduzir no debate público posições muito reativas às preexistentes, produzindo polarizações e visões dicotômicas nem sempre recomendáveis. Nessa fase, foi freqüente a colocação da ética ecológica numa luta maniqueísta entre uma série de atitudes e valores positivos e outra de valores negativos. De um lado ficavam assim o espectro do biocentrismo, do preservacionismo, do retorno à natureza, e do outro o espectro do antropocentrismo, do utilitarismo, da "conquista da Natureza".¹ Esse maniqueísmo, embora funcional ao crescimento do ambientalismo num primeiro momento, passou a ser contraditório com sua evolução e foi sendo progressivamente abandonado quando o ambientalismo ingressa, nos anos 80, em uma fase claramente multissetorial.²

A rigor, o maniqueísmo não é compatível com a emergência de um *ethos* ecológico³ que afeta e envolve ativamente a um amplo espectro de atores. Assumimos que o papel principal do ambientalismo não é tanto proteger a natureza, mas procurar equilibrar as polaridades existentes na nossa civilização (autênticas raízes da crise ecológica). Por isso o *ethos* ecológico se constitui como um "justo meio" entre os radicalismos inspirados no Estado centralizador e no livre mercado, assim como entre os radicalismos do progressismo e do conservadorismo. O ambientalismo se coloca, paradoxalmente, no meio de visões que acabam sendo equivalentes, já que os radicalismos sempre se apoiam na suposta incapacidade dos seres humanos para alcançar o bem comum a partir de uma visão ética da realidade, devendo então recorrer a condicionantes e meios instrumentais externos.⁴ O ambientalismo pode-se situar no "justo meio" porque para cuidar da relação sociedade-natureza não apela nem confia em soluções técnicas ou determinismos históricos, mas em uma mudança de comportamentos e atitudes básicas de inspiração ética.

A procura comum de uma transformação da realidade, por parte do extenso leque de atores que participam do ambientalismo, ganha intensidade e alcances diversos de acordo com a forma de cada um compreender e assumir o complexo vínculo estabelecido entre a sociedade e a natureza.⁵ Vínculo que acreditamos pode ser bem observado considerando o tipo de valores associados às relações homem-natureza e homem-sociedade, de forma combinada. A fim de perceber melhor a complexa e multidimensional problemática da ética ecológica, embora conhecendo os riscos de qualquer classificação, procuraremos organizar um quadro interpretativo. Não aspiramos, contudo, classificar de forma precisa a tudo e a todos (o que nos obrigaria a um arriscado

¹ WORSTER, D. *Nature's Economy: The Roots of Ecology*. San Francisco: Sierra Club Books, 1977.

² O conceito de multissetorialidade refere-se ao fato da coexistência de vários setores ou grupos de atores (governamentais, não governamentais, empresariais, científicos, etc.) dentro do ambientalismo. Para ampliar esse conceito ver:

D'AMATO, José Luis. *Bergson y la Ciencia Actual*. *Mutancia*, n. 4, 1981.

VIOLA, Eduardo J. O Movimento Ambientalista no Brasil (1971-1991): Da Denúncia e Conscientização Pública para a Institucionalização e o Desenvolvimento Sustentável. In: GOLDENBERG, M. (Org.) *Ecologia, Ciência e Política*. Rio de Janeiro: Revan, 1992.

VIOLA, Eduardo J. & BOEIRA, S. A Emergência do Ambientalismo Complexo-Multissetorial no Brasil, particularmente na Microrregião de Florianópolis. In: *Universidade e Sociedade face à Política Ambiental Brasileira*. Brasília: IBAMA, 1990.

VIOLA, Eduardo J. & LEIS, Héctor R. *O Ambientalismo Multissetorial no Brasil para além da Rio 92: O Desafio de uma Estratégia Globalista Viável*. Brasília, 1993.

³ A ética pode ser pensada como ciência do *ethos*, vocábulo grego que, em uma primeira acepção, designa a morada do ho-

mem, no sentido daquilo que é próprio ao ser humano. A metáfora da morada sugere precisamente que, a partir do *ethos*, o mundo torna-se habitável para o homem. Esta morada se constrói a partir dos costumes, das normas, dos valores e das ações humanas. Vale a pena lembrar que, neste sentido, o espaço do *ethos* enquanto espaço humano não é dado ao homem, mas construído por ele. Ainda que tendo um significado próximo e complementar, a palavra grega *oikos* (raiz de ecologia) refere-se mais ao dado que ao construído. (VAZ, H. C. de Lima. *Escritos de Filosofia II*. São Paulo: Loyola, 1993.)

⁴ GUHA, R. Toward a Cross-Cultural Environmental Ethic. *Alternatives*, v. 15, n. 4, 1990.

⁵ SIMMONS, I. G. *Interpreting Nature: Cultural Constructions of the Environment*. London: Routledge, 1993.

recorte de autores e problemas em departamentos estanques), mas construir uma tipologia que permita compreender as principais correntes da ética ecológica como partes de um todo, ressaltando sua fluidez, circulação interna e sentido de sua evolução global.

Procederemos então à contextualização da ética ecológica em um quadro de quatro entradas, definidas pelas relações dos seres humanos tanto com a sociedade como com a Natureza. Em ambos os casos nos interessa ver a maior aproximação e identificação dos valores e as práticas com as perspectivas definidas por dois princípios gerais (com capacidades equivalentes e complementares para orientar e organizar esses universos de relações): o de *inclusão* (ou união) e o de *exclusão* (ou separação). Combinando as dimensões da sociedade e da natureza com esses dois princípios, obtemos quatro subdivisões (categorizadas com letras gregas, para sua melhor identificação como partes de um todo).

Quadro 1

Combinação das relações humanas com a sociedade e a natureza considerando os princípios de inclusão e exclusão.

Homem-Sociedade	Princípio de exclusão: Antropocentrismo	Princípio de inclusão: Biocentrismo
Homem-Natureza		
Princípio de inclusão: Comunitarismo (ou Coletivismo)	"beta"	"delta"
Princípio de exclusão: Individualismo	"alfa"	"gama"

As “éticas” do ambientalismo

O eixo antropocêntrico das categorias “alfa” e “beta” enquadra aquelas posições que, por oposição ao eixo biocêntrico de “gama” e “delta”, defendem valores e atitudes que privilegiam a espécie humana e, portanto, estabelecem uma forte distância valorativa entre o homem e a Natureza. Inversamente, o eixo oposto agrupa as posições que defendem uma maior aproximação entre esses elementos. Do mesmo modo, o eixo individualista de “alfa” e “gama” postula a prioridade do indivíduo e, portanto, uma maior distância valorativa entre este e a sociedade, que aquela que pode encontrar-se no eixo comunitário ou coletivista de “beta” e “delta”, orientado para uma maior integração dos indivíduos na sociedade. O cruzamento desses eixos permite combinar as características mencionadas e cobrir o amplo espectro das vertentes da ética ecológica. Assim, “alfa” faz referência a valores e práticas orientadas numa direção que enfatiza aspectos individualistas e antro-

pocêntricos; “beta” privilegia uma perspectiva antropocêntrica e comunitária; “gama” se direciona prioritariamente a um modo biocêntrico, ainda que individualista; e “delta” prioriza aspectos biocêntricos e comunitários ou coletivistas.

“Alfa” não tem a necessidade de imaginar uma ética radicalmente nova. Ela introduz o fator ecológico como uma adjetivação branda que lhe permite, praticamente, ser a “porta de entrada” dos atores dominantes do sistema econômico e político que manifestam preocupações ambientais. Vale a pena chamar a atenção para o fato paradoxal que, não obstante ser essa a vertente mais próxima dos valores e práticas dominantes na sociedade, dentro do ambientalismo, ela tem emergido e crescido tardiamente, em especial, a partir dos anos 80. A tendência “alfa” pressupõe que os descobrimentos da ecologia e a emergência do ambientalismo em geral não demandam uma revolução ética, senão simplesmente pensamentos e atitudes melhor informados e precisos, para ampliar e complementar os direitos e obrigações morais já existentes.⁶ Segundo essa vertente, o papel do ambientalismo é mostrar ao homem suas responsabilidades (antes ignoradas) em relação ao meio ambiente. Se os direitos e obrigações morais que se referem à vida, à saúde, à justiça, etc. são atualizados ecologicamente, o próprio interesse egoísta do homem o levará a se preocupar com o meio ambiente como um modo de se autopreservar. Um fundamento básico de “alfa” é assumir que não existem valores e motivações fora de uma perspectiva individual e antropocêntrica e que, portanto, é a única vertente realista. Esse realismo tem levado alguns autores a afirmar um paradigma-estratégia ecológico, chamado de “bote salva-vidas”, que constrói um perigoso cenário político hobessiano onde, em princípio, só os países (e implicitamente os indivíduos) mais ricos e poderosos teriam direito a salvar-se.⁷

A vertente “beta”, ainda que mantendo uma orientação antropocêntrica, prefere a cooperação à competição dentro da sociedade, manifestando assim sua divergência principal com “alfa”. Essa visão mais comunitária recebe às vezes o nome de ecologia social.⁸ Em relação ao realismo anterior percebemos aqui uma certa distância crítica de caráter mais utópico. Já vimos que um pressuposto de “alfa” era que o cálculo egoísta, informado ecologicamente, servia com perfeição para orientar nosso comportamento. Os autores e tendências que se identificam com “beta”, ainda que não reconhecendo a necessidade de criar uma ética ecológica tão radicalmente nova quanto vai ser o caso dos que se alinham na variante biocêntrica, reivindicam a necessidade de mudar todos os valores associados ao individualismo, que é considerado responsável direto pela crise ecológica. Segundo eles, o ambientalismo é incompatível com a lógica de competição inerente ao individualismo. A crítica aqui não apenas atinge o capitalis-

⁶ McCLOSKEY, H. J. *Ecological Ethics and Politics*. Ottawa: Rowman and Littlefield, 1983.

⁷ HARDIN, G. Living on a Lifeboat. *Bioscience*, v. 24, n. 20, 1974.

⁸ BOOKCHIN, M. *Toward an Ecological Society*. Montreal: Black Rose, 1980.

mo, estendendo-se também à economia de escala hipertecnológica, à racionalidade instrumental, ao sistema patriarcal e ao conjunto de relações que estabelecem hierarquias ou desigualdades entre os seres humanos (sejam de classe, gênero, raça, idade, etc.). “Beta” não criticará apenas “alfa”, como também o biocentrismo em geral, por sua suposta incapacidade de reconhecer que a harmonização homem-natureza não pode ser independente da harmonização das relações sociais, correspondendo a prioridade a estas últimas.⁹

O biocentrismo é responsável não apenas por ter atraído muito a atenção pública para questões ambientais e introduzido com veemência temas ecológicos no debate de idéias, senão por ter inspirado a criação de um enorme número de associações e organizações não-governamentais preservacionistas e conservacionistas. Nesse sentido, pode-se dizer que “gama” foi uma das tendências mais expressivas dos anos 60 e 70, quando eram essas organizações as que davam a orientação principal ao ambientalismo. A vertente “gama” pretende a constituição de uma ética ecológica em um sentido forte. No entanto, por suas características, ela apresenta alguns problemas interpretativos. As dificuldades aparecem especialmente no cruzamento com a relação homem-sociedade, a qual tende a descaracterizar-se em função do desinteresse da mentalidade biocêntrica pela problemática social, impedindo assim determinar claramente qual é a orientação principal, se a individualista ou a comunitária. O particular biocentrismo de “gama” pode associar-se claramente às tantas entidades existentes, em todas as partes do planeta, preocupadas com a vida da flora e da fauna. Mas “gama” enquadra também a outros atores menos típicos, como os defensores ou “liberacionistas” dos animais, preocupados com seus direitos individuais.¹⁰ Mas a análise se complica com as posições anti-humanistas¹¹ e, especialmente, com as conhecidas pelo nome de *deep ecology*,¹² que em boa medida adotaram esse nome para distinguir-se das posições de “alfa”, que aqueles chamavam de “ambientalismo superficial”.¹³ Os ambientalistas da *deep ecology* estão em geral identificados com um holismo ético, baseado no valor inerente da natureza e na igualdade das espécies dentro da comunidade biótica, que abriria a possibilidade de serem enquadrados em “delta”. Mas, ainda que a *deep ecology* submeta a severa crítica o conceito do “ego” (e por extensão ao individualismo) predominante na cultura ocidental atual, nossa análise não pode ignorar o fato de que sua proposta de auto-realização humana é acompanhada por uma relativa incapacidade para equacionar os problemas da Natureza com os da sociedade.¹⁴ Esta incapacidade encontra bons exemplos em algumas entidades ambientalistas americanas (como *Earth First!*, por exemplo), que expressam uma clara ordem de prioridades, colocando os problemas das populações dos países pobres e, por-

⁹ ECKERSLEY, Robyn. *Environmentalism and Political Theory: Toward an Ecocentric Approach*. Albany: Suny, 1992.

¹⁰ REGAN, T. *The Case for Animal Rights*. New York: Random House, 1983.

¹¹ EHRENFELD, D. W. *The Arrogance of Humanism*. New York: Oxford University Press, 1978.

¹² DEVALL, B. & SESSIONS, G. *Deep Ecology*. Salt Lake City: Peregrine Smith, 1985.

¹³ A *deep ecology* adotou esse nome para distinguir-se também de algumas vertentes de “beta”, como aconteceu com os grupos radicais em relação aos moderados no Partido Verde Alemão (SPRETNAK, Charlene & CAPRA, Fritjof. *Green Politics*. Santa Fe: Bear & Company, 1986.), e até de vertentes da própria “gama”, especialmente por causa das escassas implicações desta perspectiva nas reivindicações do Terceiro Mundo, tal como critica frequentemente a revista *The Ecologist*.

¹⁴ DRYZEK, J. S. & LESTER, J. P. Alternative Views of Environmental Politics. In: LESTER, J. P. (Org.) *Environmental Politics and Policy*. Durham: Duke University Press, 1989.

¹⁵ YOUNG, J. *Sustaining the Earth*. Cambridge: Harvard University Press, 1990.

tanto, as relações da comunidade humana como um todo, muito depois dos problemas das florestas.¹⁵ Sem podermos nos estender muito mais sobre este ponto, mas considerando que as posições da *deep ecology* (especialmente no Primeiro Mundo) têm levado a se prestar pouca ou nenhuma atenção às questões sociais e políticas e a que se assuma, assim, indiretamente, o individualismo dominante na sociedade, inclinamos-nos, portanto, a enquadrá-las basicamente em "gama".

A vertente "gama" constitui um avanço evolutivo em direção a um maior equilíbrio ético dos vários aspectos envolvidos nas relações homem-natureza-sociedade, especialmente daquele oferecido pelo antropocentrismo de "alfa", mas estabelece um certo impasse em relação ao progresso obtido por "beta". Nesse sentido, é fundamental observar que "gama" e "beta" se desenvolvem por linhas diferentes, ambos enriquecem suas visões por um lado, mas as empobrecem por outro. Assim como as expressões que se enquadram em "alfa" radicalizam o princípio da exclusão em ambas as dimensões (na natureza e na sociedade), as de "beta" questionam esse princípio apenas na sociedade e, inversamente, as de "gama" o questionam apenas na natureza. Da perspectiva deste ensaio, embora "beta" e "gama" representem momentos evolutivos que se distanciam igualmente da posição dominante de "alfa", todas estas vertentes devem ser qualificadas como incompletas (e o mesmo haverá de acontecer com "delta", ainda que represente um momento evolutivo de grande complexidade).

As três tendências apresentadas até aqui encontram na ciência argumentos válidos para se apoiar. Embora os aspectos evolutivos da ética ecológica apontem para um sentido contrário ao realismo e positivismo ainda dominantes no campo das ciências (fato que outorga a "alfa" uma aparente maior legitimidade), são cada vez mais abundantes as hipóteses, surgidas de novos paradigmas e/ou de raízes transdisciplinares ecológicas, que contrariando as verdades estabelecidas justificam a importância dos pressupostos de "beta" e "gama". Por outro lado, parece evidente que o envolvimento da ética ecológica com questões objetivas bastante distantes dos problemas tradicionais da sociedade humana recomenda fortemente sua compatibilização com as ciências (o que não quer dizer que a ciência tenha verdades únicas para oferecer e, portanto, a ética ecológica deva subordinar-se a ela). A ética ecológica não poderia expandir-se afirmando valores anticientíficos, mas a humanidade tem a ciência que corresponde a sua condição civilizatória e não vice-versa; em conseqüência, assim como o *ethos* dominante no mundo contemporâneo é individualista e antropocêntrico, do mesmo modo as academias de ciência são bem "disciplinadas" e ainda se interessam pouco pela integração e unificação das leis que regem a matéria, a vida, a sociedade e a mente.¹⁶ A ética ecológica, que se interessa por essa

¹⁶ LASZLO, Ervin. *Evolution: The Grand Synthesis*. Boston: New Science Library, 1987.

integração, deverá então ser acompanhada pela “despositivização” da ciência para poderem caminhar juntas. O desenvolvimento da própria ciência também exige estas mudanças, através de um equilíbrio maior entre inteligência e intuição, entre matéria e espírito.¹⁷

¹⁷ D'AMATO, José Luis. *Bergson y la Ciencia Actual. Mutantia*, n. 4, 1981.

¹⁸ RUYER, R. *A Gnose de Princeton*. São Paulo: Cultrix, 1989.
SAHTOURIS, Elisabeth. *Gaia: Do Caos ao Cosmos*. São Paulo: Interação, 1991.

Os sinais da ética ecológica são bifrontes como o deus Jano, apontando simultaneamente para o presente, registrando os mais recentes e avançados conhecimentos científicos, e para o passado, recuperando a sabedoria espiritual da humanidade. A sua compreensão nos obriga ao esforço conceitual de pensá-la como um arco-íris, com diferentes cores saindo da ciência e da religião.¹⁸ O arco-íris é uma boa metáfora do desenvolvimento ético do ambientalismo, já que apesar do destaque aos diversos aspectos do *ethos* ecológico de forma diferenciada, resulta não menos claro ao observador que esses aspectos interagem sinergicamente para influir sobre o conjunto de atores e setores da sociedade que ainda não incorporaram qualquer valor ecológico.

Passemos agora a “delta”. Esta vertente é mais complexa que as anteriores, porque sua dupla característica biocêntrica-comunitária contraria abertamente o realismo dominante na sociedade. “Delta” é uma vertente fortemente espiritualizada e utópica da ética ecológica, muito próxima de uma cosmovisão pré-moderna, em contraste com as outras que sintonizam claramente com a época moderna. “Delta” se inscreve mais nas tradições religiosas ou filosóficas do que na ciência, porque define valores e comportamentos próprios de uma concepção finalista (teleológica), que contrariam aspectos inegáveis do imediatismo da vida moderna. Embora o ambientalismo de “delta” possa alcançar alguma expressividade através de concepções e práticas monásticas,¹⁹ esta vertente, por certo, não tem condição de projetar-se de forma significativa, no contexto civilizatório atual, a não ser contando com a ajuda (externa) de atores governamentais ou econômicos que, a rigor, estão bem longe dos valores de “delta”.²⁰ Uma ética inspirada na fraternidade e na igualdade, de aplicação tanto na sociedade como na natureza, exige uma temperança e um sacrifício à altura do amor de Cristo no *Sermão da Montanha*.²¹ Esta vertente se coloca claramente, na contramão do processo de secularização moderno na medida que reivindica o caráter sagrado de todos e cada um dos seres deste mundo, e portanto a necessidade de uma total preservação de indivíduos e ecossistemas. Embora “delta” tenha raízes antigas, o encontro explícito com a teologia vem-se dando e fortalecendo nos últimos anos.²² Uma última observação interessante sobre esta vertente é que ela pode encontrar um terreno propício para seu desenvolvimento no Terceiro Mundo, tanto em função da importância do vínculo entre os problemas sociais e ambientais, como pela

¹⁹ ROSZAK, T. *Persona/Planeta*. Barcelona: Kairos, 1985.

²⁰ ECKERSLEY, Robyn. *Environmentalism and Political Theory: Toward an Ecocentric Approach*. Albany: Suny, 1992.

²¹ TOLSTOI, Leon. *O Reino de Deus está em Vós*. Rio de Janeiro: Editora Rosa dos Tempos, 1994.

²² BOFF, Leonardo. *Ecologia, Mundialização, Espiritualidade: A Emergência de um Novo Paradigma*. São Paulo: Ática, 1993.

CAPRA, F. & STEINDL-RAST, D. *Pertencendo ao Universo: Explorações nas Fronteiras da Ciência e da Espiritualidade*. São Paulo: Cultrix, 1993.

²³ GUDYNAS, E. The Search for an Ethic of Sustainable Development in Latin America. In: ENGEL J. R. e ENGEL, J. G. (Orgs.). *Ethics of Environment and Development: Global Challenge, International Response*. Tucson: The University of Arizona Press, 1990.

²⁴ THEILHARD DE CHARDIN, P. *The Phenomenon of Man*. London: Collins, 1956.

²⁵ LOVELOCK, J. *As eras de Gaia*. Rio de Janeiro: Campus, 1991.
SAHTOURIS, Elisabeth. *Gaia: Do Caos ao Cosmos*. São Paulo: Interação, 1991.

Héctor Ricardo Leis é professor do Mestrado em Sociologia Política e do Doutorado em Sociedade e Meio Ambiente da Universidade Federal de Santa Catarina.

evidente maior religiosidade e demanda de justiça social por parte das populações desses países, comparadas com as dos países desenvolvidos.²³

Para concluir, se é verdade, como afirma Vaz, que a ciência do *ethos* aponta para uma teoria da *praxis*, a complexidade e riqueza da ética ecológica parecem sugerir a necessidade de nos orientarmos por um princípio superior que possa dar um sentido comum e permitir a sinergização recíproca das quatro vertentes apresentadas. Parafraseando Teilhard de Chardin,²⁴ diríamos que a ética ecológica se resume em "ômega", entendido como o momento de consciência que ilumina o múltiplo e único caminho evolutivo (material-espiritual e social-natural) da humanidade. Como princípio ético fundamental, "ômega" não supõe a hegemonia ou prioridade de determinados modelos, valores ou práticas, senão o equilíbrio e integração entre todas elas. "Ômega" deve assumir-se como um núcleo de inteligibilidade para o eterno movimento de diversificação e unificação que opera na realidade, que permite compreender a superioridade evolutiva da cooperação e complementação em relação à oposição e o conflito. Uma tradução antiga de "ômega" é *Tao*. Uma mais recente, *Gaia*.²⁵